

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
ÂNGELO JOSÉ VITAL DOS SANTOS**

**O LIVRO DIDÁTICO NA CONSTRUÇÃO DO SABER  
Os diferentes discursos sobre a nossa memória.**



**Natal/RN  
2007**

**ÂNGELO JOSÉ VITAL DOS SANTOS**



**O LIVRO DIDÁTICO NA CONSTRUÇÃO DO SABER**  
**Os diferentes discursos sobre a nossa memória.**

**Dissertação submetida como exigência a  
obtenção do grau de bacharel no curso de  
História da Universidade Federal do Rio  
Grande do Norte orientado pelo Prof.Dr.  
Raimundo Nonato da Rocha.**

**Natal/RN**  
**2007**



*Aos meus pais, João e Ana Lucia por terem me  
dado a vida; às minhas irmãs, Luciana e Luana  
por deixarem-na mais alegre e a minha esposa  
Rosana por transformá-la em um belo sonho.*

## AGRADECIMENTOS

Ao meu professor e orientador Professor Dr.RAIMUNDO NONATO ROCHA por ter me mostrado a importância do discurso historiográfico na construção de nossa memória, tema desta monografia que como orientador me auxiliou em sua construção sempre com presteza e simpatia.

Aos demais professores do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte pela responsabilidade e boa vontade em nos possibilitar o exercício da cidadania mediante a reflexão histórica sobre o nosso passado, em especial a Prof.<sup>a</sup> AURINETE GIRÃO que com a sua conhecida simpatia e dedicação ajuda a todos os alunos dentro e fora da sala de aula com a maior boa vontade.

Aos colegas de sala que me auxiliaram direta ou indiretamente na conclusão deste curso acadêmico, transformando os dias de estudo em momentos de troca de experiências e amizade mútua.

A minha querida amiga e revisora MARIA FRACIMARIA pelo interesse em auxiliar na conclusão deste trabalho.

E finalmente a Deus.

## RESUMO

Este trabalho tem a proposta de fazer uma análise sobre a importância dos livros didáticos para a construção do saber. Desta forma, fazemos uma releitura sobre esta construção ao longo do tempo, ou seja, desde a criação do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no início do Império brasileiro até a atualidade, ressaltando suas permanências e rupturas. Analisamos três livros da atualidade que fazem parte do PNLD – Programa Nacional do Livro Didático e por fim observamos como o discurso historiográfico modificou-se nestes quase 150 anos de formação da nossa memória nacional.

**O LIVRO DIDÁTICO NA CONSTRUÇÃO DO SABER**  
**Os diferentes discursos sobre a nossa memória.**

**ÂNGELO JOSÉ VITAL DOS SANTOS**

BANCA EXAMINADORA

---

PROF<sup>o</sup> DR<sup>o</sup> RAIMUNDO NONATO ARAÚJO DA ROCHA

---

PROF<sup>a</sup> MESTRE ELIZAMA RODRIGUES DA CUNHA

---

PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> FLÁVIA DE SÁ PEDREIRA

NATAL/RN  
2007

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>06</b>
<b>Capítulo 1</b>	
<b>Livro didático de história: espaço permanente de (re)construção da memória nacional</b>	<b>17</b>
<b>Capítulo 2</b>	
<b>Uma análise comparada</b>	<b>27</b>
<b>I. Aspectos formais.</b>	<b>30</b>
<b>II. Conteúdo histórico escolar.</b>	<b>33</b>
<b>III. Conteúdo pedagógico.</b>	<b>36</b>
<b>Capítulo 3</b>	
<b>Entre práticas e representações</b>	<b>37</b>
<b>1. História em Documento – Imagem e Texto.</b>	<b>38</b>
<b>2. História e Vida Integrada.</b>	<b>40</b>
<b>3. História Temática - O mundo dos cidadãos.</b>	<b>43</b>
<b>Conclusão</b>	<b>46</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>49</b>

## **Introdução**

Os debates sobre as questões étnicas têm recebido grande destaque nos dias de hoje. As discussões giram em torno das idéias de que a democracia racial não se configurou no país, sendo necessário que se busque alternativas para compensar as disparidades sociais construídas a partir de raízes étnicas.

Influenciados por estes debates, muitos livros didáticos fazem referências a temas relacionados à etnia, tais como, o uso de cotas para ingresso nas universidades. Entretanto pouco se tem comentado sobre o período em que a idéia de superioridade étnica era precisamente comprovada cientificamente.

Há pouco mais de um século, surgia na então capital federal do Brasil a Av. Central, hoje, Av. Rio Branco. Inaugurada a nova avenida sob o símbolo da modernidade, transplantava a Europa para o Brasil. A elite brasileira com essa atitude buscava o reconhecimento internacional para os seus esforços de modernização da nação brasileira e a sua entrada no círculo das nações civilizadas do mundo ocidental.

No final do século XIX, a capital do império que depois de 1889 tornou-se a capital da República tinha que conviver anualmente com doenças tropicais como a varíola, a malária e a febre amarela. Após a abolição da escravidão, muitos negros libertos foram migrando para a capital e concentrando-se no centro da cidade, próximo ao porto, onde poderiam encontrar trabalho. A cidade, portanto, foi se tornando mais populosa sem nenhuma preocupação com o planejamento urbanístico e com a higiene pública. Muitos estrangeiros morriam de doenças tropicais.

Neste mesmo período, a Europa e principalmente o Reino Unido e a França passavam por uma transformação tecnológica. Era a conseqüência da Revolução Tecnológico-científica.



Surgiam inúmeras criações que iriam facilitar a vida do homem moderno como a lâmpada elétrica, a radiografia e o avião. Estas novidades eram o símbolo do progresso gerado pelo cientificismo da época e que sinalizava e diferenciava as nações civilizadas das incivilizadas. Havia uma crença de que a então chamada raça branca europeia era superior as outras raças e, portanto conquistavam a “missão” de salvar os outros povos através da colonização e da implantação de seus costumes e valores.

O Rio de Janeiro como porta de entrada do Brasil, no entendimento da elite cafeeira que dominava os destinos da nação, no início do século XX, precisava passar por uma remodelação que transformasse a capital em cartão postal do país às nações europeias. Assim, surgiu o “bota abaixo” de casas e cortiços do centro da cidade com o objetivo de criar à maneira de Paris, avenidas largas com edifícios luxuosos e que espelhassem a modernidade que havia aportado a nação brasileira. Esse era o discurso da elite mais interessada em lucrar com essa nova situação do que em melhorar a vida da população humilde. Esta foi empurrada para as encostas dos morros e a iniciar o processo de favelização.

Mas este processo não foi implantado de forma pacífica. A Revolta da Vacina é um exemplo do descontentamento popular com as medidas do governo de modernizar de forma brusca e autoritária a sociedade carioca e por extensão a brasileira. A revolta não foi somente contra a obrigatoriedade da vacinação, mas contra todas as arbitrariedades cometidas pelo governo republicano contra a população. A elite queria transplantar para os trópicos a Paris francesa com todo o seu luxo e seus sinais de progresso.

Em cada momento da história, as visões apresentadas para explicar os fatos do passado são modificadas pelos olhos do historiador. Este é influenciado em sua análise pelo contexto político-sócio-cultural de sua época e por suas ideologias. Há historiadores que defendem um certo distanciamento entre o historiador e o fato, para que ele possa ser analisado de forma mais imparcial, ou melhor, crítica.

Assim, a visão deste processo de construção dos ideais de modernidade, fundados na ciência e na razão, ocorrido no Brasil do início do século XX será distinta ao longo do tempo. Um dos elementos mais utilizados para expressar estas visões da história nos dias atuais, no processo educacional é o Livro Didático de História. Este traz de forma condensada a visão de seus autores sobre os fatos mais marcantes do passado das sociedades.

Quando falo “mais marcante”, quero fazer entender que sendo um livro com a função de introduzir o conhecimento histórico, ele não pretende possuir uma análise aprofundada dos temas apresentados. Sua função primeira é relatar os fatos e explicá-los de forma superficial ao aluno.

Devido a estas limitações, muito se discute sobre a importância do livro didático no processo de ensino. Seria ele um vilão ou seria um mocinho na história? Aqueles que o atacam, afirmam que o professor torna-se muitas vezes refém do livro e de sua superficialidade. Defendem a utilização de outros materiais como data-show e filmes em DVD. Os defensores do livro didático afirmam que ele pode ser um ótimo material de apoio se utilizado de forma correta pelo professor assim como qualquer outro material. Portanto, cabe ao professor retirar do livro, a informação que será posteriormente utilizada, no trabalho educacional. É função do professor de história trabalhar os elementos que possui na construção de um saber crítico por parte dos alunos.

Diante disso, indagamos como os livros didáticos, elaborados contemporaneamente, tem abordado os ideais de construção de uma sociedade moderna fixados em bases científicas que estavam presentes no período compreendido entre 1870 e 1914? Que fontes e referências são usadas pelos autores para trabalhar o tema? Quais as principais idéias apresentadas? Que tipo de atividade e de leitura é indicado? Nosso objetivo foi apreender a visão ou as visões hodiernas sobre as transformações ocorridas na então capital federal há pouco mais de um século custodiadas pelo discurso elitista de progresso e civilização

Essa análise foi feita com base em três livros didáticos aprovados pelo PLND – Programa Nacional do Livro Didático e foi considerado tanto o aspecto metodológico de ensino quanto às teorias históricas as quais os autores estão integrados. Além disso, como a visão de cada autor é relevante para a compreensão por parte do aluno sobre os ideais modernos.

A escolha pelo recorte temporal acima citado se deve ao fato que 1870 é o ano do Manifesto Republicano, marco inicial da luta de um grupo político pela mudança do regime no Brasil. Com este grupo, havia todo um discurso de modernidade que somente seria alcançado, no país, com a República. No plano externo, a Revolução Técnico-Científica com as inovações fazia crer ao homem que a ciência traria um período de paz e progresso a humanidade. Esse mesmo pensamento começa a ser contestado no ano de 1914 quando do início da Primeira Guerra Mundial que opôs a Alemanha, Império Austro-Húngaro e Império Otomano, a um grupo de países aliados liderados por Inglaterra, França e Estados Unidos e que demonstrou que a ciência também poderia levar a guerra e a morte, e devido a este fato os ideais de modernidade como sinônimo de ordem e progresso são esquecidos ou colocados em segundo plano. Devido a esta relevância, este trabalho pretende chegar nas escolhas e nos recortes feitos pelos autores de livros didáticos no momento de interpretar a sociedade moderna.

Na escola básica, nossas aulas de História nos levam a crer que o conhecimento inserido no livro didático é a verdade inexorável sobre os temas propostos. Portanto no processo de ensino-aprendizagem este recurso tem grande relevância na maneira como o estudante compreende os fatos do passado, seja do seu país, seja do mundo. Atualmente, muito se discute sobre a utilização do livro, em sala de aula. Este conhecimento superficial da História inserido no livro didático é transplantado para o “senso comum” da população como

verdade absoluta e assim permanece sem nenhuma contestação a não ser dentro do círculo acadêmico.

A propósito desse debate sobre a relevância ou não do livro didático de História nas escolas, assim como a sua função como instrumento de divulgação da ideologia dominante, o trabalho pretende analisá-los dentro do contexto político-social vigente no Brasil no qual o país é governado por um presidente comprometido com um discurso político progressista e, portanto diferente dos seus predecessores que sempre estiveram aliados aos interesses da elite econômica dominante.

O trabalho pretende analisar os livros didáticos destinados ao ensino fundamental que tenham sido selecionados pelo PNLD - Programa Nacional do Livro Didático e que servirá de construção do saber neste ano de 2007 nas escolas do país. Entre outros critérios para a adoção do livro pelo PNLD relatamos que é necessário que ele faça parte de uma coleção composta de quatro volumes, um para cada série, que apresentem coerência entre as propostas explicitadas para a História e para a aprendizagem, que estabeleça relações sistemáticas entre o conhecimento novo e a experiência do aluno, que incentivem a capacidade de debater problemas e produzir textos, além de outros mais que se encontram expressos no Edital de convocação. Portanto, estes livros são a base do conhecimento para a interpretação sobre a modernidade para uma ampla gama de estudantes do ensino fundamental.

Ao discutir a construção da visão de uma sociedade moderna nos livros didáticos de História, este projeto pretende trabalhar com um campo de pesquisa que começou a ser estudado por pesquisadores de história e de educação, no Brasil a partir dos anos 70 e 80 do século XX. Naquele período, a preocupação dos estudiosos encontrava-se na inserção da ideologia burguesa nos livros didáticos e paradidáticos. As pesquisas acadêmicas que tinham nas “Belas Mentiras” (MUNAKATA, 1998, p.271) um marco analítico, se preocupavam em identificar aquela ideologia nos conteúdos estudados.

Contemporaneamente, a preocupação com o livro didático como tema de investigação permanece, entretanto o eixo não se encontra mais na ideologia. Os estudos concentram-se nas diferentes visões interpretativas que os autores utilizam na construção da sociedade brasileira. Sendo assim, influenciado pelas tendências contemporâneas que estudam o livro didático, este trabalho pretende analisar a mudança no objeto de estudo e as transformações na transmissão dos ideais de modernidade e civilidade.

A história do livro tem conquistado reconhecimento acadêmico nos últimos anos e tem como objetivo perceber a transmissão das idéias e como essa relação com o leitor influenciou o pensamento e o comportamento dos leitores ao longo dos últimos quinhentos anos (DARTON, 1990.). Ao lado dessa história do livro, temos a história da leitura que busca perceber os diferentes discursos que ao longo do tempo acompanham certos leitores. (BELLO, 2002).

É dentro desta perspectiva que este trabalho pretende entender como a visão dos acontecimentos sobre a sociedade moderna, surgidas no período entre 1870 e 1914, no Brasil, tem sido analisado na contemporaneidade e qual as possíveis conseqüências desta visão na construção do saber histórico por parte dos leitores. Algumas obras já foram produzidas sobre este mesmo tema, mas com outros recortes temporais e espaciais. Dentro deste novo conceito de história que a História Nova trouxe aos pesquisadores hodiernos, qualquer tema pode ser revisitado com uma nova problemática. Este tema é relevante na medida em que toda uma geração de estudiosos de história será influenciada pelos paradigmas forjados pelos autores contemporâneos e a visão da sociedade brasileira no início do século XX estará intrinsecamente ligada a esta visão.

Como estudante do curso de História e futuro professor, acredito ser de vital importância a permanente discussão sobre o tema proposto por este trabalho na medida em

que ele como trabalho historiográfico traz um olhar sobre si mesmo e sobre as relações entre professor e aluno na formação do conhecimento.

Socialmente, este trabalho continua um debate sobre as visões da história brasileira buscando mostrar ao público não acadêmico a necessidade de se quebrar o paradigma, surgido no final do século XIX, com o positivismo, de ser a história uma ciência dentro do contexto filosófico de possuir verdades absolutas.

O objetivo geral deste trabalho foi perceber contemporaneamente os diferentes discursos contidos nos livros didáticos de História, referentes à visão de uma sociedade moderna e sua influência na construção do saber histórico. Além disto, compreender as mudanças e permanências que caracterizaram o livro didático de História em seus diferentes momentos na história brasileira, enfatizando as funções contemporâneas de um livro; analisar o processo de formatação do livro, objeto de investigação, identificando os critérios de seleção de conteúdo, observando os aspectos mais relevantes e analisar como o livro constrói as informações sobre a sociedade brasileira no início do século XX.

Contemporaneamente, o professor de História tem, cada vez mais, meios didáticos para auxiliá-lo no processo de ensino-aprendizagem. Os recursos, tais como aparelhos de DVD, data-show, entre outros, auxilia na maneira como o professor ajuda ao aluno a refletir e a apreender os conhecimentos em sala de aula. Porém, na maioria dos casos, ainda é o livro didático o grande suporte nesse processo. A primeira hipótese deste trabalho é que contemporaneamente os autores de livro didático trabalham com uma variedade de discursos em torno da sociedade moderna. Ao nosso ver, os autores buscam identificar a diversidade de opiniões na época. Todo o tema é trabalhado com fontes diversas

Ao longo da história brasileira, o livro didático de História sofreu algumas mudanças, como o conteúdo que está intimamente ligado as influencias socioeconômicas do país. Imagino que os livros didáticos contemporâneos diferem significativamente dos livros

produzidos até meados dos anos 80. Antes, prevalecia uma interpretação padronizada, hoje se busca a diferenciação nas interpretações historiográficas.

Acredito que na contemporaneidade, as idéias de modernidade surgidas, no Brasil, ao longo das três últimas décadas do século XIX e da primeira do século XX, são vistas respeitando a sua historicidade e enfatizando que os preconceitos supostamente presentes na concepção de civilização e modernidade, daquela época, são filhas do seu tempo histórico e, portanto devem ser analisadas no livro didático dentro desta ótica. Dentro deste raciocínio, entender as inúmeras visões do presente sobre aquele período da história brasileira é importante na busca por uma nova maneira de revisitar o passado.

Este trabalho se insere no campo da história cultural que segundo Vainfas surge a partir do declínio da história das mentalidades no início da década de 60 do século passado. Ela se abre para inúmeras possibilidades de temas como as representações, as práticas discursivas e a vida cotidiana.

Segundo o mesmo autor, a História cultural se caracteriza pela rejeição ao termo mentalidades por ser de difícil delimitação o que é de caráter mental e social. Apesar das limitações encontradas pelos historiadores culturais ao conceito de mentalidade, eles não negam a importância do trabalho realizado pelos historiadores das mentalidades a respeito de temas como o cotidiano.

Uma segunda característica é ser considerada como uma nova História cultural, diferente da antiga que estudava apenas as manifestações culturais das elites, que se limitava a analisar as correntes artísticas surgidas ao longo do tempo. A nova História cultural além de dedicar uma certa atenção também a essa cultura, dedica seus estudos a cultura popular e as suas manifestações artísticas, festas e crenças. Outra característica é a preocupação com as classes sociais e o seu papel na sociedade assim como os conflitos existentes. Ela é uma



história plural com inúmeras alternativas para a pesquisa histórica que podem acarretar em desacertos e incongruências.

Entre os principais autores deste campo historiográfico, encontramos o italiano Carlo Ginzburg e sua noção de circularidade cultural na qual ele defende a idéia de que as culturas erudita e popular interagem no meio das classes sociais, o francês Roger Chartier que trabalha os conceitos de representação e apropriação e o inglês Edward Thompson que estuda os movimentos sociais e cotidiano das classes populares na Inglaterra do século XVIII. Aqui no Brasil, encontramos a historiadora Laura de Melo e Souza que trabalhou o tema das praticas mágicas no Brasil Colônia, Mary Del Priore que trabalhou a história das mulheres e Kátia Mattoso sobre a escravidão.

Este trabalho pretende discutir a visão construída no discurso historiográfico no presente sobre as idéias de uma sociedade moderna surgidas na passagem do século XIX ao XX. Como essas representações foram trabalhadas pelos autores do livro didático de História. Portanto, faz-se necessário entender alguns conceitos presentes nesta pesquisa historiográfica.

Segundo Chartier as práticas e representações são dois pólos desta relação entre objetos culturais produzidos e sujeitos produtores e receptores desta cultura e corresponderiam ao modo de fazer e de ver respectivamente (CHARTIER, 1990).

Esta pesquisa historiográfica pretende trabalhar com estes conceitos dentro da perspectiva da produção do livro didático de História, em si uma pratica cultural e as representações de modernidade que este livro pode provocar aos sujeitos receptores desta cultura. A prática cultural não seria apenas a feitura do livro, mas os modos como uma dada sociedade fala ou se cala, nasce ou morre, ou seja, seu modo de agir. Ainda segundo este autor, a representação é algo que permite ver uma coisa ausente e é vista por Chartier como a pedra angular da nova História cultural.



Como produtores de uma ideologia, o livro didático tem sido alvo de inúmeros trabalhos e críticas por parte de estudiosos da área da educação e de historiadores. Munakata nos oferece uma imagem do caminho percorrido pelos livros de História após o regime militar de 1964 a 1985, mostrando como as representações sobre a construção de nossa identidade nacional estão intimamente ligadas ao interesses das classes dominantes e dos historiadores em geral.

A análise historiográfica do livro didático esta intimamente ligada aos trabalhos já desenvolvidos por autores com Darnton que se preocupa com a história do livro e com os processos de relação entre a linguagem usada no livro e sua apropriação pelo leitor. André Bello, dentro desse contexto de representação e apropriação trabalhado também por Chartier, analisa a questão da escrita que é produzida com propósitos definidos de acordo com o seu público alvo.

Essa análise dos discursos já foi objeto de pesquisas realizadas, no Brasil, como os trabalhos de Rosely Marquetti que trata o discurso político e didático no governo de Getúlio Vargas, a dissertação de mestrado de Anelise M.M. Carvalho que discute a construção da imagem de nacionalidade entre outros autores como discute muito bem Bittencourt.

Um outro conceito que deve ser compreendido é o de modernidade que segundo Berman é um conjunto de experiências, partilhadas pelos homens, de permanente transformação que cria e destrói de forma rápida e inexorável o modo de ver e sentir de nossa sociedade, desde o seu nascimento no início do século XVI até os dias atuais. É um permanente devir de costumes, hábitos e modos de pensar e agir de uma coletividade.

Para a execução dos objetivos propostos trabalhou-se essencialmente com a pesquisa bibliográfica. Foram analisados três livros didáticos de História do ensino fundamental, sendo selecionados livros indicados pelo Guia do Livro Didático de 2007, do PNLD - Programa Nacional do Livro Didático. Nestes livros foram analisados os discursos a respeito da idéia de

modernidade e os inerentes pré-conceitos característicos ao trabalho historiográfico de cada autor

A abordagem considerou os aspectos externos do texto como um objeto de comunicação cultural entre sujeitos e desta forma foi examinado do ponto de vista das intenções e motivações dos autores dentro da história do discurso. O que nos interessou nesta análise foi identificar os diferentes discursos contidos nos livros didáticos de histórias referentes ao ideal de modernidade surgido na passagem do século XIX ao XX, no Brasil.

## Capítulo 1

### Livro didático de História: espaço permanente de (re)construção da memória nacional

Compreender as mudanças e as permanências presentes nos livros didáticos de História – produzidos no Brasil – em diferentes momentos, enfatizando a relação entre livro didático e a construção da memória nacional é o objetivo principal deste capítulo. A meta é identificar como o livro de História é apresentado para professores e alunos.

O conhecimento histórico é produzido a partir de interesses contemporâneos. Essa produção é realizada no cadinho de forças diversas, muitas vezes antagônicas. Assim, pode-se afirmar que na criação de uma memória particular ou coletiva estão envolvidos interesses múltiplos. Portanto, para compreender a forma como as sociedades se organizam no tempo é fundamental o seu momento de transformação e de permanência.

A História, como disciplina escolar, tem sobrevivido a transformações estruturais sofridas ao longo de sua existência. Entretanto, o sentido da disciplina, o seu lugar social, foi completamente alterado em razão das transformações ocorridas na sociedade. Todavia, em diferentes tempos, o compromisso da História ensinada na escola com a constituição de uma identidade nacional tem sedimentado a disciplina, no Brasil, desde o final do século XIX.

A consolidação dos Estados Nacionais, ocorrida naquele século, sustentava-se ideologicamente pela idéia de nação homogênea. Naquele contexto surgiu a História como disciplina escolar com a função de consolidar as identidades nacionais. O momento vivenciado nos dias atuais é bem diverso. Os grandes grupos econômicos desconhecem as fronteiras nacionais em busca dos seus lucros, a tecnologia avança, as informações chegam

aos diferentes lugares numa agilidade impressionante. Às vezes é mais fácil saber sobre um fato que está ocorrendo no outro lado do planeta, do que o que ocorre na nossa cidade. Nesse sentido, nos dias de hoje o trabalho com a formação das identidades plurais tem se destacado como uma das principais metas da disciplina. Do estudo das identidades unas – característico do século XIX – ao estudo das identidades múltiplas – marca do nosso tempo, a História tem passado por muitas mudanças. Tais mudanças podem ser detectadas nos livros didáticos produzidos para atender a disciplina.

No século XIX a disciplina História do Brasil estava vinculada a um projeto maior de consolidação de uma identidade nacional una, fundamental para a consolidação da nossa independência política. Em um país novo, era preciso construir um passado, uma memória própria. Este projeto, executado pelo IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - tinha como objetivo fundamental elaborar uma história nacional e difundi-la por meio do ensino de História (FONSECA, 2004). Nesse contexto, os livros didáticos cumpriam a função de definir métodos e procedimentos na formação moral e cívica dos jovens. Tais livros apresentavam uma História eminentemente política, com forte eixo nacionalista. Em suas páginas, eram encontradas as exaltações à colonização portuguesa, à ação missionária da Igreja católica e a monarquia.

Essas eram as características dos livros do século XIX de acordo com a obra de Varnhagen, nosso primeiro historiador (REIS, 2003). Em sua *História Geral do Brasil*, escrita entre 1854 e 1857, ele exalta a colonização portuguesa e sua missão civilizadora e forma uma memória nacional enaltecendo a figura de “grandes heróis nacionais”, todos eles de origem portuguesa.

Pode-se afirmar que o Livro Didático surgiu como instrumento de apoio metodológico aos professores e alunos de História, mas pode-se afirmar também que eles surgiram para contribuir com a formação de uma identidade padronizada. Durante todo o Império, os livros

eram um instrumento didático voltado para a formação do súdito brasileiro. Por exemplo, o livro *Lições de História do Brasil*, para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II, publicado em 1861 e de autoria de Joaquim Manuel de Macedo, contribuiu para a construção da História como disciplina e estava em consonância com a produção historiográfica do IHGB.(FONSECA, 2004).

Até o final do Império, a história contida nos livros didáticos era essencialmente metódica, linear e factual. Nesse período se criou a memória nacional e o caráter do súdito brasileiro. Um homem que serve à nação, personificada na figura do Imperador, com patriotismo. Os princípios da moral cristã e da doutrina católica estavam intimamente ligados ao programa curricular do ensino de História.

Com o advento da República, o ensino de História e conseqüentemente os manuais desta disciplina não sofreram nenhuma modificação significativa. O objetivo precípua continuou a ser a formação, agora do cidadão em conformidade com uma nova ordem política e social.

Na passagem do Império para a República, encontraremos a valorização e revalorização de fatos e personagens históricos. O novo regime trouxe à cena personagens novos. Pode-se citar o tratamento recebido pela Inconfidência Mineira antes e depois da mudança do regime político, em 1889. O movimento e seu personagem principal, Tiradentes, antes esquecidos durante quase todo o Império são reverenciados como um movimento gerador da nossa nacionalidade e o seu suposto líder surge como mártir e herói nacional.

A questão da formação da identidade nacional ainda estava em discussão e os livros didáticos tinham a função de forjar bons cidadãos que cultuassem a pátria e os nossos heróis. Segundo Rocha Pombo, um dos historiadores deste período, mostrar uma história bela, fundamentada nos grandes feitos, era essencial (FONSECA, 2004).

Essa tendência de culto aos heróis nacionais torna-se reforçada no governo Vargas. A noção de patriotismo e nacionalidade e a crença na necessidade de um líder que como os heróis do passado, guiava a nação era fortemente ressaltada com uma História episódica e sem aprofundamento ou reflexões.

Não se pode deixar de notar a forte ligação entre a conjuntura política e a política educacional, a influência exercida na produção dos saberes e as necessidades de legitimação do poder pelas classes dominantes.

O livro didático de História torna-se ao longo de sua existência um lugar de memória e instrumento formador de discursos consolidados como “verdades”. O discurso histórico torna-se versões autorizadas da história nacional.

A respeito da influência política e da crença nestas representações do passado nacional, pode ser percebido na questão do movimento já citado da Inconfidência Mineira e do seu grande herói.

Quando da proclamação da República, o movimento passa a ser considerado um símbolo republicano. Com o advento do governo Getúlio Vargas, em sua política educacional nacionalista, o mesmo movimento e seu líder são entronizados como símbolo do sacrifício coletivo em favor da nação.

Uma outra característica desse período que facilitou a aceitação como herói republicano é a estreita associação entre o sacrifício pela pátria e o sacrifício cristão. Esse fator em uma sociedade predominantemente católica foi muito relevante.

Desta maneira o governo do período Vargas (1930 a 1945) utilizava-se dos manuais escolares de História e de datas cívicas, como o 21 de abril para manter em uma sociedade heterogênea e por meio de um discurso sacralizado, uma certa aparência de harmonia e coletividade. A formação cívica e moral do jovem brasileiro continuava a ser uma função importante do ensino de História e por extensão dos manuais escolares.

Após o Estado Novo, a formulação dos livros didáticos de História não sofreu grandes alterações. Uma parte significativa da produção dos livros do período anterior a 1945 continuou a ser republicado até o início dos anos 60.

Um bom exemplo na continuidade dos discursos históricos do Estado Novo está na permanente utilização do livro *A Pátria Brasileira* de Coelho Neto e Olavo Bilac que se encontrava na 28ª edição em 1957 (FONSECA, 2004).

Percebe-se que apesar da mudança de regime, ou seja, a saída de um governo autoritário e de forte presença na sociedade e o início de um período de maior representatividade e participação democrática, o discurso historiográfico não mudou, da mesma forma que não mudou significativamente a classe dominante da sociedade.

Ao se analisar os livros didáticos do período, pode-se notar a manutenção na crença do poder formador cívico e moral do ensino de história e a idéia de que a nação era sempre guiada pelos grandes vultos, ou seja, pelos grandes personagens.

O período de 1945 a 1964 é considerado por muitos historiadores como o mais democrático da nossa história. O ideal de democracia no qual os governantes eram escolhidos pelo povo estava em consonância com a conjuntura internacional da chamada “Guerra Fria” que colocava em lados opostos o regime capitalista-democrático e o socialista-totalitário. Em afinidade com esta conjuntura ideológica, os livros didáticos tratam de enfatizar o discurso democrático nas representações que constrói da história brasileira (FONSECA, 2004).

Apesar do golpe militar de 1964, o livro didático de História não passou por nenhuma modificação significativa. Os mesmos objetivos dos períodos anteriores continuaram a ser perseguidos.

Uma característica marcante do ensino de História e do livro como complemento desse ensino foi a valorização das datas cívicas, dos grandes vultos do passado e dos fatos mais importantes da história nacional.

A História contada nesse período ressaltava a memorização de fatos, datas e heróis que eram representados por personagens históricos que lutavam pelo país como Tiradentes e o Duque de Caxias ou instituições como o Exército. Era um desenrolar linear de acontecimentos sem a menor preocupação com a reflexão.

A escola Positivista ainda era a mais ou única forma de escrever a história nos livros didáticos. A biografia de grandes personagens também era muito divulgada. O aluno deveria reconhecer entre seus heróis do passado o modelo de cidadão a ser seguido no presente

Quanto aos personagens da história percebe-se uma sacralização na figura de Tiradentes sempre representado barbado em uma clara referência a Jesus Cristo, bem como uma revalorização do papel desempenhado pelo Exército na Guerra do Paraguai, Proclamação da República e no Movimento Tenentista.

O período da Ditadura Militar foi de muita censura e repressão e não interessava ao governo uma reflexão por parte da classe estudantil de seu passado. Portanto, qualquer disciplina que instigasse o povo a uma crítica a ordem estabelecida não era vista com tranqüilidade. Dentro desse contexto sócio-político, encontramos uma desvalorização por parte do governo do ensino relacionado às disciplinas como História, Geografia, Filosofia, entre outras.

Ao final do período militar e a conseqüente redemocratização do país, uma nova História do Brasil passou a ser contada nos livros didáticos utilizados na maioria das escolas de ensino fundamental e médio.

A década de 80 foi marcada pela introdução, nos livros didáticos, da escola marxista com suas teorias sobre os modelos econômicos e seus conceitos próprios. Todo um conjunto de teses e trabalhos desenvolvidos por historiadores marxistas foi publicado e posto a disposição dos alunos com uma nova perspectiva sobre a realidade brasileira.





Houve, na segunda metade da década de 80, uma tentativa de reformulação dos currículos com o objetivo de adequar o ensino a nova realidade política do Brasil. Dentro desta perspectiva o estado de Minas Gerais foi o pioneiro na área de História.

Antes a história era factual, linear e eminentemente política. Valorizavam-se os grandes acontecimentos e os grandes homens. Nessa nova tendência a História estava fundamentada na Teoria Marxista, na objetividade e cientificidade. Conceitos marxistas eram empregados em oposição ao positivismo do período anterior.

Apesar de preconizar uma História mais crítica, com maiores aprofundamentos, a nova forma de abordagem da História caía nos mesmos erros da escola anterior. Um exemplo bem marcante era a simples substituição da cronologia mecanicista pela evolução mediante os modos de produção.

Os conceitos estanques do materialismo histórico, como força de trabalho, modo de produção e relação de produção eram apresentados ao aluno muitas vezes na introdução dos livros destinados ao ensino fundamental de 5ª a 8ª series como se vê na apresentação do livro *Construindo a História*, para 1º grau, publicado em 1988 pela editora Lê, de Belo Horizonte (MUNAKATA, 2005).

Diferentemente do que ocorria em Minas Gerais, a suspensão do currículo de História do período militar, gerou um certo vazio no estado de São Paulo. Havia por parte de grupos políticos de Direita um certo temor de que o conteúdo de História no ensino fundamental fosse usado como “cartilha subversiva”, ou seja, servisse a esquerda.

Nesse torvelinho de acusações e incertezas, os próprios professores da rede estadual de ensino elaboraram seu próprio currículo baseado em uma nova tendência: a chamada “História Temática”. Infelizmente, faltava aos professores uma certa experiência no manejo dessa nova maneira de trabalhar a história.

Percebe-se que a demora na elaboração dos currículos de História ocorria em parte pela urgência em romper com a visão positivista da História fortemente associada às políticas educacionais do período da ditadura e uma certa resistência por parte de grupos ligados ao período político anterior.

Essa nova proposta impulsionou um outro tipo de publicação muito utilizado por professores e alunos que foram os livros paradidáticos. Estes discutem um tema específico da história geral ou do Brasil em um volume que compõe uma coleção maior.

Um exemplo desse gênero é a coleção “*O Cotidiano da História*” que teve como obra inaugural “*O engenho colonial*” de Luiz Alexandre Teixeira jr., lançado em 1983 pela editora Ática. Somente esta coleção possuía em 1997, em seu catálogo 39 títulos diferentes sobre história geral e do Brasil (MUNAKATA, 2005).

Atualmente, a tendência ainda é de tematizar a história, ou seja, mediante os novos objetivos da Nova História, os autores procuram traçar um perfil menos factual e mais reflexivo sobre os acontecimentos históricos. Eles buscam se harmonizar com as produções acadêmicas e com o mercado.

Refletindo sobre esse processo de construção da história nacional no campo dos manuais de História, percebe-se que houve muito mais permanências do que rupturas ao longo de quase 150 anos de produção.

Desde a criação do IHGB, ainda nos anos 30 do século XIX até aproximadamente o final da Ditadura Militar, em meados dos anos 80 do século XX, os chamados livros didáticos de História primaram, em seu conteúdo, por uma história política, narrativa, factual, linear e que valorizava os grandes vultos e seus grandes feitos. Seja para legitimar a monarquia portuguesa no Brasil Império ou os senhores do café da Primeira República, ou ainda o período democrático de 1945 a 1964, mas acima de tudo para criar uma sociedade homogênea e submissa nos períodos de ditadura, seja a do Estado Novo ou a do Regime Militar.

Rupturas ocorreram, porém elas foram mais superficiais do que possam parecer. As mudanças mais características que podem ser abordadas fazem referência mais a visão de certos fatos da história, ou seja, a valorização dada a certos personagens ou movimentos que diferem de acordo com os interesses de cada grupo no poder do que a maneira como se construiu a memória nacional. Um exemplo prático já citado é a importância que Tiradentes recebeu como herói nacional a partir principalmente do governo Vargas e que destoava do total esquecimento que ele recebeu dos historiadores do período monárquico.

Como já citado anteriormente, a grande ruptura que pode ser considerada como tal é a mudança ocorrida em meados dos anos 80 em termos da filosofia adotada por certos autores que diferiam quanto a maneira de explicar a história.

A princípio, encontramos autores marxistas que trazem uma explicação nova para história quando enfatizam o campo econômico da sociedade como responsável por todas as outras estruturas como o cultural e o político. Apesar dessa mudança nos conceitos, de certa forma, ainda encontramos uma História muito simplificadora com início, meio e fim.

Somente com a chamada Nova História, encontraremos uma mudança maior em termos de construção histórica, ou seja, uma ruptura maior com o fazer histórico dos períodos anteriores. A preocupação maior dos autores é com a História do cotidiano, com a História de grupos específicos da sociedade como as mulheres ou as crianças. Com temas abstratos como a morte, o medo ou o sexo. Embora, esses temas específicos sejam mais adequados aos chamados paradidáticos.

Portanto, encontramos permanências e mudanças ao longo do tempo, entretanto o que permanece imutável é o autor ou os autores dessa história que mesmo mudando a maneira de observar ou o ângulo de contar os fatos é sempre o vencedor quem escreve a história que será preservada e aceita pela sociedade. Esta é a grande permanência que encontramos acima de qualquer ruptura existente.

Atualmente, a função do livro permanece sendo a de suporte material e didático a professores e alunos. A História que encontramos nos livros ainda é aceita como verdades incontestáveis por grande parte dos alunos do ensino fundamental, apesar de já haver debates e reflexões que questionam o conteúdo histórico presente nos manuais escolares.

Estes livros correspondem a uma fatia considerável do mercado editorial brasileiro. Há toda uma preocupação, das editoras, em termos de qualidade gráfica além de seus autores estarem sempre pesquisando as tendências das produções acadêmicas, objetivando uma sintonia com as novas maneiras de se entender a história. O maior cliente dessas editoras é o governo com o seu Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.

Este programa visa oferecer gratuitamente as escolas da rede municipal, estadual e federal de ensino obras didáticas de qualidade. Inicialmente direcionado ao ensino fundamental, este projeto expandiu seus objetivos ao ensino médio.

Em um momento em que novas tecnologias surgem, e são integradas as salas de aula, como a TV, o computador, entre outros, o livro didático continua sendo a principal ferramenta de ensino e aprendizado. Está inserido em um complexo jogo de interesses e não é somente produto do saber, mas também um produto do mercado dentro de uma sociedade capitalista.

Portanto, percebe-se que mesmo diante das críticas recebidas ao ser chamado de limitado ou de ser instrumento de manutenção do sistema político-econômico vigente, ele é a ferramenta mais acessível que os professores possuem em grande parte das escolas no Brasil.

## Capítulo 2

### Uma análise comparada

Após uma breve narrativa sobre os rumos tomados pelo Livro Didático de História ao longo da história brasileira, neste capítulo tratamos de analisar de forma aprofundada três livros didáticos da atualidade. O objetivo foi mostrar como os livros didáticos são apresentados aos professores e alunos.

Estes livros foram aprovados pelo PNLD – Plano Nacional do Livro Didático, para serem utilizadas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e este foi o único critério utilizado na escolha dos mesmos.

Atualmente, os livros didáticos de História compõem uma coleção de quatro volumes que correspondem ao ensino fundamental maior, ou seja, de 5ª a 8ª série. Nosso estudo utilizou a coleção História em Documentos – Imagem e Texto de Joelza Éster Rodrigue, publicado pela FTD; em 2000, 1ª ed; a coleção História Temática de autoria de Catelli, Cabrini e Montellato, publicado pela editora Scipione, em 2006, 2ªed. e a coleção História e Vida Integrada de Nelson e Claudino Piletti, publicado pela Ática, em 2005, 2ª ed.

A coleção História em Documentos – Imagem e Texto possui um volume para cada série e está disposta seguindo uma periodização. O conteúdo trabalhado em cada volume segue esta proposta. Desta forma o livro de 5ª série trabalha das origens do Homem ao Império Romano; o de 6ª série estuda da Europa medieval até a colonização do Brasil; o terceiro volume que corresponde a 7ª série trabalha da queda do Antigo Regime a expansão

imperialista e o volume referente a 8ª série inicia-se com os movimentos sociais do início do século XX e finaliza com o mundo globalizado do final do século passado.

Joelza Ester Rodrigue é bacharel em História pela Universidade de São Paulo. Foi professora de História da rede particular de ensino (Colégio Marista Arquidiocesano e Colégio Santa Cruz) e de cursinhos pré-vestibulares (Objetivo, Universitário e Integraus). Atualmente, cursa o programa de Pós Graduação em História Social na Pontifícia Universidade Católica. Como autora de livros didáticos, esta coleção é sua primeira experiência.

A editora FTD nasceu em 1902 e sempre pertenceu a congregação dos Irmãos Marista. Trabalha com a publicação de livros didáticos, literatura infantil e juvenil. Atualmente, possui quatro coleções que estão participando do processo de escolha do PNLD 2008 na área de História.

A coleção História Temática possui um livro para cada série, mas diferentemente da coleção anterior trabalha com temas e não com periodizações. Desta maneira o conteúdo de cada volume está seguindo um tema específico. O volume de 5ª série trata de Tempos e Culturas e em seus capítulos fala sobre história e memória, medidas de tempo e o surgimento do Homem. O livro da 6ª série possui como tema: Diversidade cultural e conflitos. Em seus capítulos trata dos mitos e dos descobrimentos marítimos, da construção da sociedade colonial e de trabalho e resistência. Terra e propriedade é o tema do livro de 7ª série e fala sobre a propriedade do passado e do presente, religiosidade, política e protesto no Brasil. O volume da 8ª série trata de cidadania e com o título de O Mundo dos Cidadãos trabalha a questão das revoluções no mundo moderno, a política, o autoritarismo, a democracia e os excluídos.

Os autores desta coleção são: Conceição Cabrini, bacharel e licenciada em História e Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, integrante de projetos de formação contínua de

professores e professora de História da rede pública e particular de ensino do estado de São Paulo; Roberto Catelli Junior, mestre em História pela Universidade de São Paulo e professor de História da rede particular de ensino, e Andréa Montellato, bacharel e licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, integrante de projetos de formação contínua de professores e professora de História da rede pública e particular de ensino do estado de São Paulo.

Cabrini é autora desta coleção História Temática e do livro *O Ensino de História – Revisão Urgente* da editora Brasiliense. Roberto Catelli é autor além desta coleção do livro *História: Texto e Contexto* e co-autor do livro *500 anos de Brasil – Histórias e Reflexões*.

A editora Scipione foi adquirida ao professor Scipione Di Pierrô Netto pela família Fernandes Dias em setembro de 1983. Ao longo dos anos vem se estabelecendo no mercado editorial, publicando livros didáticos e paradidáticos.

A coleção História e Vida Integrada possui um volume para cada série e está organizada seguindo a periodização tradicional. Assim, o livro de 5ª série trata do mundo antigo, ou seja, as origens do Homem, a Mesopotâmia, Egito, Grécia, Roma, Império Bizantino e o mundo islâmico. O livro de 6ª série trabalha com o período que se inicia com o mundo medieval na Europa, Cruzadas, Absolutismo, Renascimento, Reforma e Contra-Reforma e finaliza com a colonização portuguesa na América do século XVI. O conteúdo do terceiro volume que corresponde a 7ª série trata da colonização da América, Iluminismo, Independência dos Estados Unidos, Revolução Industrial e Francesa, o governo de Napoleão Bonaparte, lutas pela independência das colônias americanas, o Brasil Império e o início da República. O livro de 8ª série trabalha com os fatos do século XX a partir da Primeira Guerra Mundial, a crise do capitalismo, os regimes totalitários, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria, o fim do Socialismo na União Soviética, o mundo atual e o Brasil da República Velha a redemocratização.

Nelson Piletti é graduado em Filosofia, Pedagogia e Jornalismo. Mestre doutor e livre docente em História da Educação Brasileira pela Universidade de São Paulo. Professor na Faculdade de Educação da USP e ex-professor de História na rede pública de ensino do estado de São Paulo. Autor de inúmeros livros na área da educação tais como *Filosofia e História da Educação*, *Pedagogia Educacional* e da coleção *História e Vida*, e *História e Vida Integrada*.

Claudino Piletti é graduado em Filosofia e Pedagogia, professor de História e doutor em Educação pela Faculdade de Educação da USP. Filosofia da Educação e as coleções *História e Vida* e *História e Vida Integrada* são algumas de suas obras.

A editora Ática surgiu em 1965 a partir da Sesil - Sociedade Editora do Santa Inês Ltda. Suas publicações são prioritariamente na área da educação. Em seu catalogo pode ser encontrado livros didáticos, paradidáticos, literatura, dicionários e livros universitários.

Para esta análise, observamos os livros em torno de três eixos (aspectos formais, conteúdos históricos escolares e conteúdos pedagógicos) como são sugeridos pela professora Circe Bittencourt (BITTENCOURT, 2004)

## **I. Aspectos formais.**

A capa da coleção História em Documento – Imagem e Texto tem seu título em letras grandes em sentido vertical na margem esquerda, com a indicação da editora no canto inferior esquerdo. Na margem inferior encontra-se a indicação da série e o nome da autora. Há uma única foto que difere de acordo com a série e está de acordo com o conteúdo estudado no volume. Ela ocupa aproximadamente 70% da capa. Em cada volume da coleção uma cor se



destaca em sua capa, sendo na cor verde o livro de 5ª série, azul o de 6ª série, amarelo o de 7ª série e vinho o livro de 8ª série.

As folhas internas são majoritariamente brancas, em tamanho grande e apresentam inúmeras ilustrações, fotos e seções em cores distintas. As reproduções são nítidas e em alguns momentos coloridas. No início de cada capítulo, há um texto de abertura em que a fonte das letras é maior, assim como no início de cada unidade na qual encontramos o sumário.

Há um certo padrão na disposição das imagens, sejam elas ilustrações, fotos ou charges, ao longo de cada capítulo, ocupando aproximadamente 30% do espaço. Esse percentual é bem maior na abertura de cada unidade, quando o material iconográfico ocupa praticamente 90% do espaço das páginas. A coleção está encadernada no formato brochura e as páginas possuem 20 x 27 cm.

O projeto gráfico apresenta uma boa qualidade em toda a obra, com ilustrações, gráficos e mapas com uma distribuição agradável ao longo das páginas que facilitam a sua leitura e entendimento por parte de professores e alunos.

A apresentação da coleção História Temática possui seu título em letras grandes no canto superior central no qual se encontra o sub título e a autoria da coleção. Cada volume possui uma obra de arte distinta na capa que ocupa o centro da página e cores diferentes ao fundo. A indicação da série se encontra na margem inferior direita.

As folhas internas são em sua maioria brancas, de boa qualidade, porém com um grande número de boxes e seções de cores variadas e com inúmeras imagens, o que torna a visualização um pouco confusa. As ilustrações, mapas e gráficos são coloridas, assim como a maior parte das fotografias. O tamanho das letras seguem um padrão se destacando no título de cada unidade e capítulo. Devido ao tamanho reduzido que influi na nitidez de algumas

ilustrações a sua compreensão e análise ficam comprometidas por parte dos alunos e professores.

Há um grande número de fotos, ilustrações, gráficos e mapas ao longo do capítulo, ocupando aproximadamente 50% do espaço. Não há nenhum critério com relação à disposição ao longo das páginas. Na abertura de cada unidade, as ilustrações ocupam mais da metade da página e possuem relação com o conteúdo analisado na unidade. A encadernação é em formato de brochura e as páginas são no tamanho 20 x 27cm.

O projeto gráfico apresenta uma qualidade razoável ao longo de toda obra. O grande número de ilustrações, desenhos e em alguns casos com uma nitidez precária dificulta a compreensão de certas fontes iconográficas por parte dos leitores.

A capa da coleção História e Vida Integrada apresenta, na metade inferior, uma ilustração ou foto que se relaciona com o conteúdo estudado no volume. A ilustração do livro da 5ª série remete a arte cretense, o da 6ª série a arte bizantina, o da 7ª série remete a uma ilustração do período colonial na América portuguesa, e o de 8ª série apresenta uma foto dos índios Pataxós, em Brasília. O título da obra se apresenta em letras grandes no canto superior com a informação da editora, autoria e a indicação da série do volume, logo abaixo do título.

As folhas internas são brancas e de boa qualidade, com seções em azul claro e com cores distintas na abertura de cada capítulo. As reproduções são nítidas e em grande parte coloridas. Há uma evidência maior na abertura dos capítulos.

As ilustrações ocupam aproximadamente 30% dos capítulos. Apesar de não seguir uma disposição fixa ao longo da obra, não dificulta na compreensão do conteúdo por parte de alunos e professores. Há um bom número de fotos, charges, ilustrações e mapas, Na primeira página de cada capítulo, a foto ou ilustração ocupa aproximadamente de 30 a 50% da página e sempre se refere ao tema a ser estudado. A encadernação é no formato brochura, no tamanho 20 x 27 cm.



O projeto gráfico possui uma estrutura simples e direta de organização dos conteúdos propostos e a relação entre ilustrações, texto e recursos gráficos em geral causam a sensação de homogeneidade.

## **II. Conteúdo histórico escolar.**

Os quatro volumes da coleção História em Documento – Imagem e Texto são organizados em unidades, subdivididas em capítulos que por sua vez contém módulos. Cada capítulo é iniciado por uma questão que problematiza o tema central. Ao longo da obra são trabalhados conceitos como tempo, poder, relações de trabalho, cultura e relações entre o passado e o presente.

Os conceitos históricos são inseridos de forma adequada. O conceito de tempo é construído a partir dos textos e das atividades, o que ajuda a perceber a duração, seqüência, bem como as rupturas e permanências do processo histórico. Neste sentido, as mudanças nas relações de trabalho são consideradas responsáveis por muitas das grandes transformações. O poder é trabalhado tanto no campo político quanto como forma de dominação no meio cotidiano. A cultura é mostrada a partir de suas inúmeras manifestações ao longo da história humana. Por fim, o processo histórico é compreendido como a soma de interesses de grupos sociais ao longo do tempo.

A idéia de que não há uma verdade histórica é bem trabalhada com a utilização de diferentes discursos e fontes sobre os temas estudados. Há possibilidades de discussão e reflexão sobre as versões da história para os fatos do passado. Há uma preocupação por parte

da autora em estimular o espírito crítico do aluno. Apesar do recorte cronológico, a obra baseia-se no princípio de que a história é uma representação que pode e deve ser questionada.

A uma evidente vinculação da autora com as novas propostas da Nova História ao utilizar-se de textos complementares, inclusive servindo-se da própria literatura como fonte de pesquisa para a reconstrução da memória cultural e política, O grande número de imagens, utilizando-se de charges de época, ilustrações de jornais e revistas, mostra sua preocupação em familiarizar o aluno com novas fontes historiográficas e ressaltar as múltiplas possibilidades de construção do discurso historiográfico.

A sua bibliografia é atualizada e bem diversificada com trabalhos na área da história política, econômica e social. Além desta vasta bibliografia, há indicações de “sites” da Internet no qual o aluno pode se aprofundar mais sobre o tema estudado.

Os quatro volumes da coleção História Temática acompanham os quatro eixos temáticos da coleção: tempo e culturas, diversidade cultural e conflitos, terra e propriedade e o mundo dos cidadãos. Em cada volume, há unidades que trabalham com partes específicas relacionadas com o eixo temático principal.

Nesta obra, encontramos uma grande diferença com relação às outras. Nesta, o recorte cronológico fica em segundo plano, sendo o tema, ou seja, os recortes temáticos o grande eixo do trabalho. A obra encontra-se em total afinidade com a renovação historiográfica ocorrida nas pesquisas acadêmicas, dos últimos anos. O aprofundamento na compreensão dos conceitos históricos é uma das preocupações dos autores.

Encontramos uma permanente preocupação com o entendimento por parte do aluno de que a história é um processo de construção e reconstrução. Neste sentido há uma valorização no trabalho com documentos, no debate, na problematização da história e na troca de conhecimentos e informações.

A organização dos capítulos auxilia o aluno na capacidade de construir o saber histórico. Ao trabalhar a idéia da construção e reconstrução da história, a obra rompe com a idéia ainda muito presente no senso comum de um saber completo e fechado a qualquer mudança. Entende-se o saber histórico como algo em permanente transformação. Não há nenhuma preocupação com a narrativa linear dos acontecimentos.

Textos complementares auxiliam no pensamento crítico do educando ao possibilitar o acesso a outras interpretações do passado. A escolha dos temas estudados demonstra uma atualização historiográfica percebida também na bibliografia utilizada que mescla produções acadêmicas recentes sem desprezar as interpretações historiográficas clássicas.

Na coleção História e Vida e Integrada, os volumes estão organizados em capítulos. Os temas de cada um são apresentados com uma imagem associada a um texto inicial. Os conceitos de história, sujeito histórico, relações sociais, cultura, poder, trabalho, espaço e natureza são abordados ao longo da obra.

Segundo os autores Nelson e Claudino Piletti, o fim a se chegar com o ensino de História é a formação de cidadãos críticos e participativos. Portanto, o livro didático deve servir como instrumento para o desenvolvimento das capacidades do aluno em formular questões e problematizar a história, sempre relacionando os fatos do presente com os acontecimentos do passado.

Desta maneira, não há nenhum vínculo com a idéia de uma verdade histórica e de discursos definitivos sobre os temas analisados. A preocupação em estimular nos alunos a leitura de diferentes fontes e opiniões divergentes sobre um mesmo tema demonstra o cuidado dos autores em mostrar a multiplicidade de visões acerca de um fato histórico.

A interpretação por parte do aluno é estimulada com a utilização de textos escritos, mapas e ilustrações. Há uma preocupação em estar atualizado em termos de temática ao

abordar a vida cotidiana, bem como a mulher, o negro, as minorias. Da mesma forma, encontramos essa atualização na bibliografia citada.

### **III. Conteúdo pedagógico.**

Na coleção História em Documento, as atividades propostas são criativas e auxiliam a alcançar os objetivos desejados, ou seja, leitura de imagens, compreensão de conceitos e uma maior afinidade com os documentos. Essas atividades estão interligadas ao conteúdo dado e facilitam na produção de textos por parte dos estudantes. Os exercícios em sua generalidade desenvolvem, nos alunos, condições que estimulam comparações, interpretações, análises, ou seja, o pensamento crítico do educando, dentro da proposta inicial da obra.

A coleção História Temática cria condições do aluno formular hipóteses e estimula o espírito de pesquisa e a criatividade. O aluno é levado a buscar outras versões para os fatos estudados assim como a pesquisar outras fontes, auxiliando na comparação entre diversos momentos históricos, e a produzir seus próprios textos. As atividades são coerentes com as propostas dos autores em estimular os alunos a uma reflexão e a exercitar o raciocínio crítico.

Na elaboração da coleção História e Vida Integrada, percebemos que as atividades propostas são imprescindíveis para estimular a construção do saber histórico e auxiliar na problematização do passado e do presente, sendo coerentes com os objetivos de formação de um cidadão crítico. As ilustrações encontram-se em consonância com tais finalidades. Instrumentos de auxílio a compreensão do saber histórico, mapas e fontes iconográficas tornam-se importantes fatores de aprendizagem ao facilitar a compreensão do assunto.

## Capítulo 3

### Entre Práticas e Representações

Segundo Roger Chartier, a História Cultural (...) “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990, p 16 e 17)

Dentro desta perspectiva, este trabalho quer identificar nos discursos historiográficos atuais como a sociedade brasileira do início do século XX compreendia a sua realidade sócio-cultural, ou seja, o conjunto de representações e práticas da sociedade brasileira na chamada Belle Époque.

O Brasil fortemente influenciado pela cultura francesa do período passava por transformações tecnológicas e culturais, mesmo que em menor escala do que na Europa ocidental. A ciência era vista como instrumento de progresso e conseqüentemente de modernidade.

È nesse contexto de efervescência cultural que as práticas aliadas às visões de mundo da sociedade irão criar certos discursos sócio-culturais que se tornam paradigmas da sociedade ao longo de todo o século XX e início do XXI. Um discurso composto de preconceitos e intimamente impregnado de uma visão eurocentrista do mundo

Como esta visão da sociedade daquela época – início do século XX - é trabalhada pelos historiadores de livros didáticos do início do século seguinte? A História ainda é vista como uma ciência que constrói discursos definitivos? Há ainda preconceitos no discurso historiográfico do presente? São questões que iremos buscar responder.

## 1. História em Documento – Imagem e Texto.

A análise das questões acima citadas é feita utilizando-se de três livros didáticos de História para a 8ª série do ensino fundamental. Na obra de Joelza Éster Rodrigue, História em Documento, a sociedade é vista dentro da perspectiva da Nova História ao abordar os seus múltiplos aspectos.

As modernidades difundidas nos Estados Unidos e Europa logo chegaram ao Brasil. As mansões das grandes capitais tinham telefone, eletrodomésticos... No entanto, para a grande maioria da população, o país continuava o mesmo desde a proclamação da República. Havia pouquíssimas escolas públicas... (Rodrigue,2000. p.108)

Nesta passagem a autora identifica as ambigüidades e contradições da sociedade. O arcaico e o moderno conviviam em cenários diferentes e mesmo dentro do mesmo cenário urbano. O discurso de modernidade e civilização que seria a ponte para o progresso e bem estar da sociedade convive em contradição com a realidade da sociedade dividida em dois mundos distintos.

A autora mostra a precariedade das condições de vida no cotidiano das classes trabalhadoras e sua luta na conquista de direitos trabalhistas por intermédio das inúmeras greves ocorridas no início do século XX. Rodrigue expõe a insatisfação dos marinheiros no episódio da Revolta da Chibata e neste fato encontramos o pensamento arcaico dos comandantes que defendiam os castigos físicos como forma de punição.

Apesar de apresentar a história de maneira episódica, narrativa e linear, utilizando-se da cronologia para situar os fatos no tempo, a autora abrange os principais aspectos vividos pela nossa sociedade no início da República, suas contradições, seus problemas e as soluções



encontradas. Ao mostrar os interesses inerentes as classes sociais, a autora expõe que estes conflitos sociais fazem parte do nosso viver em sociedade.

No final do século XIX era ponto pacífico que a história como ciência era passível de uma objetividade absoluta e suas premissas poderiam ser consideradas como verdades definitivas. Assim pensava a maioria dos estudiosos do início do século que criaram vários paradigmas para explicar a sociedade em que vivíamos.

A autora desta obra aqui analisada não pensa desta forma, tanto que em seus procedimentos metodológicos possibilita ao aluno a reflexão, a crítica e a análise de outras visões para um mesmo fato histórico. Ela se baseia no princípio de que a história é uma representação que deve ser questionada.

Ao tratar dos acontecimentos conhecidos por Guerra de Canudos, a autora apresenta dois trechos de duas obras distintas da nossa literatura que expõe duas visões antagônicas sobre os fatos ocorridos em Canudos e ao final, ela questiona o aluno sobre os discursos estudados. Ao trabalhar com documentos considerados oficiais, romances da nossa literatura, notícias de jornais e charges de época, Rodrigue põe o aluno em contato com o contexto cultural do período, ao mesmo tempo em que faz relações entre os conflitos do passado com os do presente, no tópico *Refletindo sobre a história*.

No Brasil, as crianças ainda trabalham como adultos, como acontecia no início do século XX? Em que atividades existe maior incidência de trabalho infantil? (Rodrigues, 2000. p.85)

Ao narrar os fatos sempre com a preocupação de contextualizá-lo, informando sobre os diversos fatores que ajudaram no desenrolar dos acontecimentos, a autora deste livro se isenta de qualquer preconceito. Ela preocupa-se em expor os fatos de forma clara e mais objetiva possível, deixando ao leitor a reflexão sobre os fatos que marcaram determinado período de nossa história.

A partir de 1910, a situação se agravou, a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul que passava pela região do Contestado, desalojou centenas de famílias. (...) os trabalhadores buscaram conforto nas pregações dos beatos...(Rodrigues, 2000. p.36)

Nesta passagem sobre a situação dos trabalhadores na região do Contestado, percebe-se esta preocupação em narrar os fatos e proporcionar ao leitor a oportunidade de analisar os acontecimentos.

Pode-se alegar que ao rotular um pregador de “beato” ou escolher certos fatos ou aspectos do problema em detrimento de outros, a autora usa de seus preconceitos, porém, podemos perguntar se é possível fazer uma análise historiográfica ou escrever sobre história sem utilizar-se dos valores construídos ao longo da vida do pesquisador. No momento em que escrevemos seja sobre a Invasão Holandesa no século XVII, no nordeste da América portuguesa ou sobre a Era Vargas, em pleno século XX, o autor precisa fazer escolhas dentro do espectro de fontes que ele possua.

Entendo que os preconceitos enraizados do início do século passado, como a crença na superioridade cultural européia ou a certeza do progresso científico como caminho inalienável do bem estar social, não são mais aceitos no momento presente pela autora desta obra, como paradigmas.

## **2. História e Vida Integrada.**

Nesta obra, os autores Claudino e Nelson Piletti trabalham a idéia de que a nossa sociedade do início do século passado era multifacetada, ou seja, enquanto as elites se

orgulhavam dos avanços tecnológicos e da cultura que copiavam da Europa, a grande maioria da população ainda vivia precariamente, como nos mostra o exemplo abaixo:

A República proclamada em 1889 não alterou de forma significativa a vida da maior parte dos brasileiros.(...) O sistema político vigente impedia (...) a melhoria das condições econômicas da maior parte da população.(Piletti & Piletti, 2005, p.32.)

Além destas duas realidades mais fáceis de serem percebidas, encontramos mundos diferentes dentro do país. Havia a elite dominante do mundo urbano, assim como os coronéis que dominavam o interior. Os trabalhadores da cidade e do campo. Todos estes com seus interesses particulares e condições de vida específicas.

Como a obra anterior, os autores preocupam-se em construir uma imagem de uma sociedade em transição entre a Monarquia e a República e ainda muito ligada aos preconceitos do século anterior como a crença na superioridade da civilização branca européia e a inferioridade do homem negro.

Estas idéias são bem claras como no episódio da Revolta da Chibata no qual encontramos os marinheiros, em sua grande maioria de origem negra, que continuavam apanhando dos seus superiores de forma semelhante ao que ocorria com os escravos. A idéia da superioridade européia encontra-se na preocupação em construir uma Paris tropical com a remodelação da capital federal, um dos fatores que gerou a Revolta da Vacina.

Os autores deste livro procuram levar o aluno a compreender a sociedade plural do período, narrando sobre as principais revoltas sociais, as precárias condições de vida da população pobre do país e complementando a narrativa, com fontes iconográficas e textos de outros autores.

Dentro desta proposta de levar ao aluno textos complementares de autores diversos, identificamos o objetivo tanto de fazê-lo compreender que a história não nos provoca

verdades absolutas e imutáveis como no exercício da reflexão, da crítica, estimulando o leitor a elaborar suas próprias conclusões sobre os fatos discutidos.

Nas atividades ao final de cada capítulo, o aluno tem a oportunidade de ampliar seus conhecimentos, inclusive com a utilização de novas fontes como a pintura, a charge ou documentos oficiais. Na página 41 desta obra aqui analisada, há uma foto do quadro do pintor Pedro Bueno que se chama “A pátria”. Os autores utilizando-se desta imagem fazem algumas sugestões:

Todos os símbolos oficiais que conhecemos hoje como símbolos nacionais (...) foram criados no início da República. Além de pretender dar unidade a todo o território nacional (...) os republicanos pretendiam afastar o perigo de novas e violentas revoltas (...). O quadro de Pedro Bueno é um excelente exemplo dessa busca.(Piletti & Piletti, 2005, p.41.)

Assim os autores propõem uma história que não se prende no casulo das verdades eternas e da oficialidade. Não há uma “história oficial”, mas diferentes visões de uma mesma história. De acordo com o ângulo em que se analisa o acontecimento histórico, podem-se perceber as representações que serão trabalhadas por cada pesquisador.

A preocupação maior dos autores Nelson e Claudino Piletti é auxiliar o aluno, leitor de História, a criar uma consciência crítica e desta forma tornar-se um cidadão consciente dos seus deveres e dos seus direitos dentro de uma sociedade democrática.

A contextualização dos fatos narrados e a busca por essa consciência crítica do aluno nos possibilitam afirmar que os autores vêem a história como instrumento de conscientização política de uma sociedade, formando cidadãos capacitados a uma participação política mais sólida dentro do sistema democrático atual, como percebemos no texto abaixo:

Com a promulgação da primeira Constituição republicana de 1891, a legislação eleitoral foi mudada. (...) o eleitor passou a ser o homem, maior de 21 anos e alfabetizado.

Numa época em que poucos sabiam ler e escrever (...) apenas 3% da população estava apta a participar das eleições. (Piletti & Piletti, 2005.p.30)

Portanto, os preconceitos e os paradigmas históricos que encontramos nos historiadores do início do século passado, o discurso positivista da história, entre outras crenças, não encontram mais lugar e reconhecimento por parte dos historiadores conscientes das novas propostas metodológicas de ensino e aprendizagem para a disciplina e para a ciência histórica.

### 3. História Temática - O mundo dos cidadãos.



Diferentemente dos livros analisados anteriormente, esta obra de Conceição Cabrini, Roberto Catelli Junior e Andréa Montellato rompe com a tradicional maneira de se contar a história. Nesta coleção a cronologia linear dos fatos ficou em segundo plano e a proposta metodológica dos autores foi de agregar os conteúdos de acordo com os temas abordados.

Desta maneira, quando optamos pelos livros de 8ª série do ensino fundamental, pensávamos em analisar a sociedade brasileira do início da República. Nesta coleção não encontramos alguns temas trabalhados tradicionalmente pelos livros de 8ª série, porém ainda há uma análise sobre a nossa sociedade no início do século passado dentro de temas mais gerais como “*O Mundo do Trabalho*”.

Os autores objetivam com este método criar condições do aluno compreender melhor o mundo em que vive aprofundando-se em temas específicos de nossa época, mas fazendo ligações com o passado.

A sociedade brasileira do fim do século XIX e início do XX é vista dentro da ótica das relações de trabalho, da industrialização e da imigração européia, em especial a italiana no estado de São Paulo.

Os imigrantes (...) em sua maioria, italianos (...) vieram à procura de melhores oportunidades de vida e trabalho, mas encontraram aqui precárias condições de sobrevivência. (Cabrini, Catelli & Montellato, 2006. p.144)

Como se percebe por esta passagem, havia um grande fluxo de imigrantes vindos da Europa a procura de emprego e que eram utilizados nas fazendas de café e na indústria nascente. Pode-se perceber a transformação em que passava a sociedade brasileira de modo de produção servil para o nascente capitalismo industrial em nosso país.

Na seção *Para conhecer mais*, do capítulo seis, que trata da industrialização brasileira, os autores citam um texto de Maria Alice Rosa Ribeiro, em *Trabalhadores: fabrica e cidade*. (V.4, 1989.p.17-8) no qual ela descreve a falta de higiene e de condições de vida da população pobre das cidades portuárias como Santos e Rio de Janeiro.

Portanto, trabalhando com o tema do trabalho e da industrialização do início do século, percebe-se na análise dos autores que a imagem construída da sociedade brasileira é a de um povo que se encontrava no meio de um turbilhão de conflitos sociais gerados pelas mudanças nas relações de trabalho, na grande presença de trabalhadores estrangeiros com novas idéias a respeito dos seus direitos e na própria busca das elites em se apresentar ao mundo como um país moderno. E modernidade significava estar em consonância com os avanços tecnológicos e científicos advindos da Revolução Científico-Tecnológica.

Entre 1906 e 1917, o movimento operário organizou greves esporádicas em diferentes cidades, lutas por categorias de trabalhadores e ocorreram conflitos restritos as fabricas.(Cabrini, Catelli & Montellato, 2006. p.173)

Corroborando o que se afirma acima, esta passagem mostra o enfrentamento entre trabalhadores e empregadores pela conquista de direitos trabalhistas. Uma sociedade que se encontrava descendo vertiginosamente a montanha-russa da modernidade (Sevcenko,2001) representando uma nova maneira de viver em sociedade com novas práticas culturais.

Nesta obra, encontramos em sintonia com as pesquisas acadêmicas e a Nova História, uma preocupação em proporcionar aos alunos inúmeras fontes, sejam elas textuais ou iconográficas e ainda diferentes versões sobre o mesmo tema. Há a compreensão de que a história é subjetiva e, portanto não há a História com “h” maiúsculo, mas diferentes histórias produtos de seu tempo. Histórias elaboradas com os preconceitos, valores, experiências e limitações de quem a escreve.

Neste sentido os autores desta obra não estão isentos como os autores anteriormente analisados de formular conceitos e elaborar verdades parciais de acordo com suas experiências e formação acadêmica. A grande vantagem em relação com os historiadores do início do século passado é a consciência da subjetividade e pluralidade do discurso historiográfico.

## Conclusão

O objetivo deste trabalho é entender como a história da sociedade brasileira do início do século XX é apresentada no início do novo milênio. Como os autores construíram a memória de nossa sociedade. Que fatores foram considerados mais relevantes e por isso escolhidos pelos autores do livro didático.

Ao trabalhar com três obras distintas, percebe-se uma certa homogeneidade nos discursos historiográficos a respeito da maneira como a sociedade brasileira da Belle Époque é vista.

As representações são de uma sociedade cheia de contradições. Há no discurso historiográfico dois mundos distintos e antagônicos: um mundo urbano que mais rapidamente se moderniza com os avanços da ciência e um mundo rural ainda apegado às tradições e superstições.

Revoltas como a do Contestado ou a Guerra de Canudos são efeitos desse conflito ideológico. Um Brasil litorâneo europeizado que teima em entrar para o rol das nações modernas e um interiorano, sertanejo que mais lentamente se modifica ao sabor das novidades tecnológicas.

É deste modo que se constrói a idéia de dois cenários sociais no Brasil do início da República. Uma outra representação sempre presente dentro do cenário urbano é o antagonismo entre as classes trabalhadoras e as elites dominantes. Neste contexto, encontra-se a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. As greves e o início do movimento dos tenentes que irá por fim ao período conhecido pela historiografia clássica de República Velha.



Portanto, os autores de livros didáticos contemporâneos constroem uma visão de uma sociedade machista no qual a participação feminina é quase nula, preconceituosa com relação aos negros que são considerados “cientificamente” inferiores e que sempre se encontram na base da sociedade republicana, servindo de mão de obra semi-servil, e obcecada por uma transformação que a identifique com as sociedades européias do período, consideradas civilizadas.

Em termos de referências bibliográficas, percebe-se que os autores das obras analisadas utilizam-se tanto de obras clássicas da historiografia brasileira quanto de trabalhos mais recentes que muitas vezes rompem com as versões tradicionais da história.

Em termos de inovação metodológica, pode-se notar a utilização de fontes textuais como documentos e visuais como fotos, gravuras, charges, entre outros. A utilização dos romances de nossa literatura também é bem comum. Esse uso de fontes escritas e iconográficas auxilia no processo de ensino-aprendizagem. Motiva o educando a entender como foi construído aquele discurso historiográfico.

Uma outra função da utilização destes recursos é aproximar os alunos da pesquisa histórica, auxiliando-os na compreensão de como as informações históricas são apreendidas pelos historiadores e autores de livros didáticos de história.

Um objetivo sempre perseguido pelos autores hodiernos é utilizar o ensino de História como instrumento de cidadania. O educando é instigado a refletir, a ter um espírito crítico dos fatos e das análises feitas sobre eles. Ele é exercitado amplamente a duvidar dos discursos prontos e a perceber a sua importância como sujeito histórico da sociedade, seja como cidadão, seja como indivíduo representante de uma coletividade.

Portanto, após analisar os livros didáticos de História contemporâneos encontramos uma melhora no discurso histórico com relação ao início do século passado. A História é entendida como um saber ilimitado, subjetivo e aberto a inúmeras investigações. O discurso

sobre a nossa sociedade do início da República é apresentada levando em consideração a sua historicidade. Todos os matizes que permeiam a sociedade seja no campo político, econômico ou cultural são estudados, deixando ao educando a reflexão sobre as características específicas deste momento histórico.

Com a História Nova e as novas pesquisas acadêmicas, tanto professores como alunos tem a disposição um amplo leque de possibilidades de estudo e entendimento sobre o saber histórico, revelando uma nova face desta ciência: a sua habilidade de caminhar em um tênue limite entre a subjetividade humana e a objetividade científica.

### Referências Bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**. Especialidades e Abordagens. 3.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p.132 a 180

BELLO, André. O que é a história do livro e da leitura? In. \_\_\_\_\_ **História & Livro e Leitura**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2002. p.37 a 70.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar**: A aventura da modernidade. Tradução de Carlos F. Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.15 a 35.

BITTENCOURT, Circe. Identidade nacional e ensino de história do Brasil. In. KARNAL, Leandro (org.). **História na Sala de Aula**: Conceitos, práticas e propostas. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2003. p.185 a 203.

CABRINI, Conceição; CATELLI, Roberto & MONTELLATO, Andréa. **História Temática – O Mundo dos Cidadãos**. 8ª serie. 2.ed. São Paulo: Scipione, 2006. (Coleção História Temática)

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990. (Coleção: Memória e Sociedade).

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**: Mídia, cultura e revolução. Tradução: Denise Bottmann, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História e Ensino de História**. 2.ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os Livros Didáticos contam, depois que acabou a Ditadura no Brasil, In. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 1.ed, São Paulo: Contexto, 1998 p 271 a 296.

PILETTI, Nelson & PILETTI, Claudino. **História e Vida Integrada**. 8ª série. 2.ed. São Paulo: Ática, 2005. (Coleção História e Vida Integrada).

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil**: De Varnhagen a FHC. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUE, Joelza Ester. **História em Documento - Imagem e Texto**. 8ª série. 1.ed.São Paulo:FTD, 2000. (Coleção História em Documento – Imagem e Texto)

VAINFAS, Ronaldo.História das mentalidades e história cultural.In. CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p.127 a 162.

